

02 de dezembro de 2009

**James Anaya**

Relator Especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos e liberdades  
fundamentais indígenas  
OHCHR-UNOG Office of the High Commissioner for Human Rights  
Palais Wilson 1211  
Geneva 10, Switzerland  
indigenous@ohchr.org

**Ref. Informações sobre a situação de povos indígenas afetados pelo AHE Belo Monte no Brasil**

Prezado Sr. Anaya,

O Instituto Socioambiental e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazonia Brasileira (COIAB), representando os povos indígenas das terras Arara da Volta Grande, Paquiçamba, Trancheira Bacajá, Juruna Km17, Kararaô, Apyterewa localizadas na bacia do rio Xingu que serao afetados pela construção do mega projeto AHE Belo Monte, e os povos indígenas Kayapó e Xavante também preocupados com a referida bacia, respeitosamente informam para sua urgente consideração que:

**Povos Indígenas que serão diretamente afetados pela construção do AHE Belo Monte não têm sido consultados pelo Congresso, FUNAI<sup>1</sup> ou IBAMA<sup>2</sup>.**

Apesar de inúmeras solicitações formais, inclusive uma carta em mãos ao Presidente Luis Inácio da Silva<sup>3</sup>, os povos indígenas que serao diretamente afetados pelo AHE Belo Monte não tiveram acesso às informações completas e claras sobre os impactos que sofrerão nem sobre as medidas de mitigação. Também não foram consultados no processo legislativo nem administrativo que levam à autorização do projeto.<sup>4</sup>

***Falta de consulta aos povos indígenas na decisão legislativa***

Em 2005, o Congresso autorizou a proposta de construção de Belo Monte<sup>5</sup> sem qualquer informação sobre os impactos sociais e ambientais que o empreendimento traria, e sem

---

1 National Indian Foundation, a federal body for indigenous assistance.

2 Brazilian Institute for the Environment, a federal body for environmental issue

3 Annex I. Copy of two letters from indigenous peoples to President Luis Inácio da Silva requesting consultation

4 According to initial studies, at least 12 indigenous peoples in the region and non-contacted indigenous groups will be directly affected by the Dam.

5 Legislative Decree n.788, 12 July 2005

qualquer consulta com os povos indígenas. Essa violação ao direito de consulta (Art.6 Convenção OIT 169) foi levada à Justiça Federal e chegou ao Supremo Tribunal Federal,<sup>6</sup> que decidiu que os estudos de impactos ambientais, já dentro do processo de licenciamento da obra, poderiam ser feitos antes da consulta. Essa decisão sozinha já viola o direito de consulta, pois se ocorresse, seria depois da decisão legislativa que afeta diretamente pelo menos sete povos indígenas,.

### ***Falta de consulta na decisão administrativa do IBAMA e o papel da FUNAI***

Quanto à decisão administrativa do governo federal, informamos que a autorização do IBAMA para a construção da hidrelétrica está prestes a ser concedida sob grande pressão política de interesses econômicos privados e, de novo, sem a consulta com os povos indígenas afetados. Estima-se que o AHE Belo Monte custará entre 17 e 30 bilhões de reais, isso sem considerar custos sociais e ambientais adicionais inclusive aqueles relacionados à garantia de condições de vida aos povos indígenas e os custos do possível deslocamento de povos indígenas para fora de suas terras tradicionais já demarcadas.<sup>7</sup>

O estudo conduzido pela FUNAI<sup>8</sup> identificou inúmeros impactos graves que ameaçam as terras indígenas, tanto demarcadas como em demarcação na região de Altamira e diversas outras terras indígenas que não constam no estudo de impacto ambiental (EIA) apresentado pelo IBAMA. O Parecer da FUNAI no entanto concluiu pela viabilidade do projeto e considerou por realizadas as consultas aos povos indígenas. Essa decisão constava de uma carta do Presidente da FUNAI ao IBAMA, datada de 14 de outubro de 2009, e constituiu uma tentativa de encerrar as oportunidades para os povos indígenas participarem do processo administrativo através das consultas sobre a decisão do IBAMA que autoriza o AHE Belo Monte.<sup>9</sup>

### ***Falta de informação da FUNAI***

Apenas no dia 05 de novembro de 2009, num encontro promovido em Altamira por organizações da sociedade civil, é que o Parecer da FUNAI e suas conclusões tornaram-se de conhecimento dos povos indígenas da região.<sup>10</sup> Por exemplo, os povos indígenas das terras Arara da Volta Grande e Paquiçamba (as áreas mais impactadas de acordo com as informações até agora divulgadas) não estavam cientes de tal parecer e muito menos de que a FUNAI não voltaria para realizar as consultas. De acordo com lideranças indígenas da região e o MPF, a FUNAI visitou essas mesmas duas terras indígenas para brevemente apresentar informações sobre a obra e afirmaram inúmeras vezes (gravado para prova) que tais reuniões ainda não eram a consulta, e que a consulta aconteceria de maneira apropriada num outro momento.

---

6 Ação Civil Pública 2006.39.03.00711/8 STF

7 Annex II. Map of Xingu Basin and indigenous lands

8 Annex III. Parecer Técnico da FUNAI

9 Annex IV. Ofício n.302/2009/PRES - FUNAI

10 Annex V. Carta Vila da Ressaca, letter contesting the lack of information from the State to the populations that will be affected by Belo Monte dam.

Os povos indígenas não têm sido informado sobre as medidas de mitigação que estão sendo consideradas, se alguma. No entanto, eles entenderam que suas terras e modos de vida serão impactados pela construção da hidrelétrica, não tanto pela inundação mas pela redução do nível da água do rio (importante fonte de alimento, regulador ecológico e única via de transporte) e pelo aumento da especulação e dos conflitos sobre a terra causados pela explosão demográfica que é esperada. Também prevê-se que a deterioração dos serviços públicos também afetem os povos indígenas mais do que outros grupos devido ao seu isolamento geográfico que será imposto com a exclusão do acesso às vias de transportes. Embora essas informações constem do Parecer 21 da FUNAI, elas não foram repassadas pela FUNAI aos indígenas afetados. Outras terras indígenas como a TI Trincheira Bacajá serão afetadas devido a impactos sobre a bacia do rio Bacajá, que não foi incluída nos estudos do IBAMA, mas que de acordo com os especialistas e mencionado pela FUNAI, são de significativa importância.<sup>11</sup>

### ***Falta de consulta na decisão do IBAMA e o papel das audiências públicas***

Além de incluir o componente indígena elaborado pela FUNAI ao EIA, o IBAMA promoveu Audiências Públicas de última hora em áreas urbanas do Pará e referiu-se a tais como consulta indígena. As audiências sobre o estudo de impactos ambientais de mais de 20000 páginas (que foi finalizado e publicizado por completo apenas dois dias antes da chamada para as audiências)<sup>12</sup> não foram especificamente voltadas aos povos indígenas. Essas audiências não são espaços de consulta mas de mera informação geral. As audiências foram muito conturbadas e não atenderam ao propósito de diálogo com a sociedade civil. Por isso mesmo outros 27 pedidos de audiência foram feitos mas não aceitos pelo IBAMA. Entre esses, os povos indígenas solicitaram audiências públicas específicas, que atendessem às necessidades especiais dos povos indígenas para serem informados sobre o empreendimento.<sup>13</sup>

O diálogo apressado com a sociedade civil parece atender ao intuito de ter o projeto aprovado a qualquer custo antes do final deste governo em outubro de 2010. Por essa razão, inúmeras liminares foram impetradas para suspender o procedimento administrativo de licenciamento do AHE Belo Monte pelo IBAMA, devido a várias irregularidades. Mas tais liminares, não duraram mais do que poucos dias, sendo suspensas pelo TRF da 1ª Região. Quase como uma resposta autoritária à cada contestação da sociedade civil contra Belo Monte, o Estado tem anunciado novos avanços da autorização da obra, inclusive a possibilidade de um leilão antes da licença prévia para acontecer entre dezembro 2009 e janeiro 2010<sup>14</sup>.

---

11 Annex VI. Painel de Especialistas, analysis of environmental impacts assessment study by specialists.

12 A first version of the environmental impact assessment study EIA was presented in May 2009 but without reference to the impacts on the indigenous peoples in the urban area of Altamira.

13 The requests for hearings in accessible places, and in indigenous language were not attended by IBAMA. Indigenous peoples from the south part of the Xingu basin were not able to participate of such due to the difficult access to the area and little time to prepare.

14 Concerned with the announcement of Belo Monte auction before the authorization by IBAMA and considering all the irregularities found in the administrative procedure, the Prosecutors Office MPF has denounced lack of consultation with

### *O caso é emblemático para os povos indígenas no Brasil*

A falta de consideração para com os direitos e as vidas dos povos indígenas nesse caso particular (em discussão desde 1989 1989<sup>15</sup>) pode determinar a maneira como o Estado se relacionará com os povos indígenas em relação a outros projetos de desenvolvimento em discussão para a região amazônica. Se a autorização do IBAMA for expedida sem a consulta com os povos indígenas afetados, a repercussão e o impacto para toda a Amazonia Brasileira será grande. Ali estão planejadas outras hidrelétricas, muitas das quais impactarão povos indígenas, inclusive isolados.

As organizações e representantes de comunidades que assinam o presente documento estão considerando a possibilidade de solicitar medidas cautelares junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA alegando a violação do direito às terras, recursos naturais e consulta<sup>16</sup> Nesse mesmo sentido gostaríamos de solicitar do Sr. uma carta ao governo brasileiro, urgindo que o Congresso e o IBAMA consulte com os povos afetados antes do leilão do empreendimento.

Obrigado pela sua atenção. Entre em contato para maiores esclarecimentos.

Marcos Apurinã  
secretaria@coiab.com.br  
COIAB Coordination of Indigenous Organizations from the Brazilian Amazon  
Av. Ayrão, 235, Presidente Vargas  
69025 290 Manaus AM Brazil  
(tel) + 55 (92) 3621-7501

Erika M Yamada  
erikayamada@socioambiental.org.br  
Instituto Socioambiental  
SCLN 210, Bloco C, sala 112  
70862 530 Brasília DF Brazil  
(tel) +55 61 3035 5114 (fax) + 55 61 3035 5121

---

indigenous peoples and called another public hearing to better inform the Brazilian population on the Project on the 1st December 2009. See <http://www.prpa.mpf.gov.br/noticias/2009/belo-monte-audiencia-publica/?searchterm=belo%20monte>

15 Annex VII. Spanish Summary of Belo Monte Dam, October 2009. See also for the chronology of facts <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>

16 Annex VIII. Letter from indigenous peoples to Instituto Socioambiental regarding precautionary measures at CIDH due to violation to the right to consultation.